



GT 41. Etnografia nas cidades e narrativas imagéticas

Coordenador(es):

Jesus Marmanillo Pereira (UFMA - Universidade Federal do Maranhão)

Cornelia Eckert (UFRGS)

As cidades em suas complexidades e contradições, suas transformações e suas crises, suas dinâmicas e diferenças são questões antropológicas que receberam importante atenção nos estudos etnográficos. Pesquisas que ao portarem atenção aos antagonismos, aos conflitos e segregações consolidam a prática antropológica e produzem um profícuo debate com base em etnografias urbanas. Elas sinalizam a desnaturalização de realidades sociais, violências, injustiças, discriminações, e disjunções que marcam tais cenários. Não raro, focalizam-se sobre as formas de sociabilidade, os códigos de emoções, as redes de solidariedade, os lugares de identidades e sobre os nós de memórias nos espaços e nos tempos vividos pelos cidadãos, nas territorialidades de convívio ou de pertença. Ao atentarmos para estas produções, percebemos a recorrência à produção de narrativas imagéticas a partir de diferentes suportes como fotográficos, videográficos, fílmicos, sonoros, desenhos e performances. Produção que constitui a estética e estilística da etnografia, e que circula em outras formas relacionadas à pesquisa antropológica: exposições fotográficas, mostras fílmicas, expressões artísticas, audições, em redes sociais online e na web. Buscamos pesquisas que reflitam sobre o urbano, a partir de etnografias que dialoguem com tais representações imagéticas, que apontem para as relações de poder, configurações no campo de pesquisa, memórias e a complexidade das urbes nos diferentes contextos, locais e global.

Em cena os coletivos culturais suburbanos

Autoria: Sandra Maria Corrêa de Sá Carneiro (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

O objetivo mais amplo do estudo é pesquisar as ações e práticas de coletivos culturais que atuam na cidade do Rio de Janeiro. Compreendo estes coletivos como uma das modalidades mais expressivas dos movimentos sociais contemporâneos e, provisoriamente, podem ser entendidos como a organização de pessoas que lutam por interesses comuns e que reivindicam, principalmente, maior atenção do poder público face a precariedade de equipamentos culturais e de investimento público em cultura em determinados bairros da cidade do Rio de Janeiro. A partir de um mapeamento inicial, selecionei alguns coletivos que tem atuação mais expressiva nos subúrbios do Rio de Janeiro e que utilizam a categoria suburbano como marcador social. A ideia norteadora é mostrar como esses grupos fomentam formas de sociabilidade, reinventando esses locais a partir da realização dos diferentes eventos que promovem (rodas de choro, feira orgânica, produção de documentários, festas comemorativas de cunho religiosos ou não, etc.), procurando valorizar o sentimento de pertencimento a esses territórios e, sobretudo, romper com a forma estigmatizante com que esses espaços são representados. Parto da hipótese de que esse processo de apropriação do espaço público pelos coletivos parece apontar para o delineamento de novas formas de ser e estar na cidade, como resultado de experiências e práticas sociais de construção da cidade que se quer. Desta forma trata-se de pensar o cotidiano, a apropriação social do espaço na sociedade urbana como ações políticas e como parte de uma luta mais geral de acesso ao direito à cidade.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: